

POLÍTICA PÚBLICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ORGÂNICA NO PARANÁ: aspectos comunicacionais

*Andrade, S. F.¹

*Del Vecchio Lima, M.²

*Muelbert, B.³

RESUMO

A oferta de alimentos orgânicos ou agroecológicos nas escolas da rede pública estadual paranaense, deve ocorrer de forma progressiva, conforme estabelece a Lei nº. 16.751/2010, do Estado do Paraná. De acordo com o texto da referida política pública, a redução de danos ambientais, a qualidade nutricional dos alimentos e o fortalecimento da Agricultura Familiar, são as principais razões que justificam sua implementação. Tais razões dialogam com os princípios da agroecologia, assim como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), defendidos pela ONU. Nesse sentido, a comunicação é compreendida aqui, como instrumento de gestão voltado para a sensibilização e conscientização social e tem-se como objetivo, compreender os aspectos comunicacionais direcionados primeiramente à comunidade escolar, assim como à sociedade em geral, sobre as motivações da adoção da alimentação escolar orgânica no estado do Paraná.

Palavras-chave: Lei estadual 16.751/2010; alimentação escolar orgânica; meio ambiente e sociedade; políticas públicas; processos comunicacionais.

1. Introdução

Ao implementar a política pública de alimentação escolar orgânica no Paraná (Ppaeop) na rede estadual de ensino, a Lei estadual nº. 16.751/2010, em vigor desde sua regulamentação pelo decreto nº. 4.211/2020, traz em seu teor que o Estado deve inserir, gradativamente, produtos orgânicos na alimentação escolar, em 2.117 unidades escolares de competência

¹ Jornalista, formada pela Universidade Tuiuti do Paraná; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, pela UFFS_ Laranjeiras do Sul e Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela UFPR, com foco na comunicação de políticas públicas de cunho socioambiental – seluvi1810@gmail.com.

² Jornalista formada pela Universidade Estadual de Londrina; Mestre em Comunicação Social, com ênfase em Comunicação Científica e Tecnológica, pela Universidade Metodista de São Paulo e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pela UFPR, pós-doutora em Ciências da Informação e comunicação, com ênfase em jornalismo digital, pela Université Lumière Lyon 2, da França – myriandel@gmail.com.

³ Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Aquicultura pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Engenharia de Produção/Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina – betina.mulebert@gmail.com.

estadual. De acordo com o Censo Escolar do Paraná (SEED, 2023)⁴, entre os anos de 2020 e 2021, 1.036.255, 18 pessoas, entre professores do quadro próprio, PSSs, e estudantes, estiveram vinculadas às unidades escolares estaduais, além de 3.916 famílias da Agricultura Familiar (AEN, 2022)⁵, que nesse mesmo período, forneceram alimentos orgânicos⁶ ou agroecológicos⁷ nessas escolas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e assim, recebem um acréscimo de 30%, em relação ao valor pago pelos produtos convencionais.

Diante de tais considerações, a questão central da pesquisa é: como ocorrem os processos de informação e comunicação à comunidade escolar e à sociedade paranaense, sobre as razões da adoção da alimentação escolar orgânica no estado do Paraná? Saliencia-se que a informação, o debate e a compreensão acerca da medida deveriam ocorrer por meio de estratégias comunicacionais de gestão.

Por meio de uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal da Fronteira Sul⁸, por Andrade; Del Vecchio Lima e Muelbert (2023), foram verificados os processos de comunicação pública, aplicados à Ppaeop, conforme defende Brandão (2009) e os dados demonstram lacunas na compreensão de questões relativas à agroecologia e à agricultura familiar, presentes na Ppaeop, enquanto uma política pública de cunho socioambiental.

A referida pesquisa analisa a percepção de alguns agentes educacionais, sobre a implementação da Ppaeop, e eventuais estratégias de comunicação adotadas, utilizando-se da abordagem qualitativa, na linha compreensivista, fundamentada em Minayo (2007), e na análise interpretativa de dados, conforme Bardin (2011).

⁴ Seed - Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado do Paraná, 2022. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/?utm_source=educacao&utm_medium=pagina_desvio&utm_campaign=desvio-seed&utm_id=desvio>. Acesso em Jan. 2023.

⁵ Paraná. *Agência Estadual de Notícias (AEN)*. Governo do Estado do Paraná, 2022. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/>>. Acesso em Jan. 2023.

⁶ Conforme definido por Caporal (2008), é a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos.

⁷ Produção de alimentos diversificados com base no tripé da sustentabilidade: preservação ambiental (sem uso de agrotóxicos) e de modo social e economicamente, justos (Caporal, 2008).

⁸ A pesquisa atendeu a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul, em 2022, estando registrada sob o número de parecer 5.376.735.

A partir dos dados coletados os conteúdos foram analisados, conforme respostas dos referidos participantes, no período de julho a novembro de 2022, permitindo afirmar que na implementação da lei em exame, a comunicação como estratégias de gestão, não foi aplicada, deixando de informar, integrar e compartilhar os propósitos da Ppaeop com a comunidade escolar e com a sociedade.

2. A comunicação como instrumento de gestão da Ppaeop

Pressupomos, com base em observações prévias, que a conscientização social sobre a importância intrínseca à oferta de alimentação escolar orgânica, que vem de encontro aos ODS da ONU (2015), ainda não é comunicada de forma estratégica – não se utilizando a Comunicação Pública voltada às redes de políticas públicas, considerando sua diversidade e numerosas definições, conforme sugere Massardier (2006). Para o referido autor, a ideia básica de um sistema de ação pública é a de compreender a relação existente entre a estrutura de um sistema de ação localizado e o dispositivo tangível de política pública que ele cria, e essa relação deve ser comunicada aos públicos envolvidos e à sociedade de forma esclarecedora e precisa (MASSARDIER, 2006).

Observa-se que, as práticas comunicacionais no caso da Ppaeop, são divergentes do que é recomendado pelo referido autor.

TABELA 1 – Processos comunicacionais existentes ou percebidos como não existentes, na visão dos respondentes do grupo A.

Respondentes	Tipos Comunicação	Ocasões em que ocorrem
A1	Oportuna	Sensibilização por ocasião de reuniões.
A2	Ocorre	Não específica.
A3	Indireta	Diretamente, não. Precisa haver divulgação.
A4	Não ocorre	Os alunos não percebem.
A5	Ocorre	Não específica.
A6	Ocorre	Não específica.
A7	Interdisciplinar	Ocorre aleatoriamente, durante as disciplinas.
A8	Não ocorre.	Não há debate na escola.
A9	Interdisciplinar	Ocorre aleatoriamente, durante as disciplinas.

FONTE: Andrade, 2023.

Os relatos sobre aspectos da comunicação, advindos dos atores que exercem funções no ambiente escolar, local onde os alimentos orgânicos começam a ser ofertados, evidenciam ausência de comunicação estratégica, seja verbal, escrita e/ou falada, cujos enunciados, em seus

significados, resultam na não percepção dos atores sobre a existência e efeitos da política pública em análise.

Considerações finais

A oferta de alimentos orgânicos ou agroecológicos trazem consigo uma gama de significados a partir do modelo de produção sem o uso de agrotóxicos, implicando no equilíbrio do solo e preservação da biodiversidade, dando ainda prioridade aos circuitos curtos de transporte, evitando a emissão de poluentes e uso de energias não renováveis, impactando diretamente em aspectos socioambientais e mudanças climáticas. Nesse sentido, cabe o direito à informação que facilite a compreensão sobre os motivos da substituição da alimentação escolar convencional para orgânicos ou agroecológicos.

Assim, considera-se que no planejamento e execução da gestão das política pública devem estar previstos como processos comunicacionais que evidenciem as motivações socioeconômicas, culturais, ambientais e de qualidade de vida que a conceberam e que justificam sua implementação, bem como a valorização da produção orgânica e agroecológica e a relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015).

Referências

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. *Agroecologia nos Municípios*. 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/> Acesso: 25 out 2022.

Andrade, S. F. *Política Pública de Alimentação Escolar Orgânica no Paraná: aspectos da implementação e comunicacionais*. Brasil. Laranjeiras do Sul. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – UFFS, 2023

Brandão, E. P. Conceito de comunicação pública. In: Duarte, J. (org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Editora Atlas, 2009. p. 1-20.

Bardin, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

Massardier, G. Redes de políticas públicas. In: Saravia, E. & Ferrarezi, E. (Orgs.) *Políticas públicas: coletânea*. Brasília/DF: ENAP, 2006. Vol. II. pp.167-185.

Mynaio, M. C.S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

Nações Unidas/Brasil – *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br>, 2015. Acesso em: 26 de out 2023

Paraná. *Lei nº 16751 de 29 de Dezembro de 2010* – Paraná. Institui no âmbito do Sistema Estadual de Ensino Fundamental e Médio, a Merenda Escolar Orgânica. Diário Oficial nº 8373 de 29/12/2010.

Paraná. *Decreto nº 4.211/2020. Regulamenta a Lei 16.751, de 29 de dezembro de 2010.* Diário Oficial: 29/03/2020.